



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1934/2022
Data: 03/11/2022 - Horário: 11:09
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022

*Considera de utilidade pública a
Federação de Basketball de Alagoas,
localizada no Município de Maceió.*

Artigo 1º - Fica considerado de Utilidade Pública Estadual a Federação de Basketball de Alagoas, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 09.315.581/0001-25, com sede e foro na Avenida Siqueira Campos, S/N, Estádio Rei Pelé, sala 37, CEP. 57.010-645.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação


Cibeles Moura

Deputada Estadual



Estado de Alagoas
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete da Deputada Cibeles Moura

JUSTIFICATIVA

A Federação de Basketball de Alagoas – FBA, foi fundada em 25 de novembro de 1983 por um grupo de desportistas liderado por Dona Yvone de Araujo Santos, uma carioca ex-atleta de Basquete.

Sua primeira sede foi numa sala alugada na Av. Tomáz Espíndola. Hoje a sede da Federação é no Estádio Rei Pelé, sala 37 no bairro do Trapiche da Barra. Em 1995, a FBA se tornou pioneira ao criar o Basketball de Areia realizando um torneio no local conhecido como posto 7 na praia de Jatiúca. Em 10 de janeiro de 2003 o então presidente da Confederação Brasileira de Basketball Gerasime Bosikis, reconheceu esse pioneirismo através de ofício.

Desde a sua fundação a Federação de Basketball de Alagoas vem realizando anualmente eventos de minibasquete e campeonato alagoano de base e adulto, além de competições de Basquete de Areia e Basquete 3x3. A FBA também chancela competições realizadas pelos seus filiados a parceiros objetivando incentivar e difundir cada vez mais o esporte em nosso estado

Além disso, a Federação realiza, anualmente, diversas competições, assim como diversas atividades para a capacitação de todos os envolvidos no esporte. Como exemplo, destaca-se o PCTA (Programa de Capacitação de Técnicos de Alagoas), que teve como objetivo capacitar os alunos dos cursos de Educação Física em relação às diversas áreas que envolvem o basquete.

Por fim, considerando o exposto, bem como toda a documentação que segue em anexo, é justa a outorga da qualidade de Entidade de Utilidade Pública para a referida federação, uma vez que atesta a seriedade e possibilita que sejam angariados recursos junto às empresas privadas e entidades governamentais, a fim de ampliar suas atividades e atender o maior número possível de pessoas.

Sala das sessões, 01 de novembro de 2022.

Cibeles Moura
Deputada Estadual



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.629.727/0001-44 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/08/1984
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FEDERACAO DE BASKETBALL DE ALAGOAS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FBA	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
--

LOGRADOURO AV SIQUEIRA CAMPOS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ESTADIO REI PELE
---	----------------------	--

CEP 57.040-460	BAIRRO/DISTRITO TRAPICHE DA BARRA	MUNICÍPIO MACEIO	UF AL
--------------------------	---	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/11/2022** às **13:09:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



FBA - FEDERAÇÃO DE BASKETBALL DE ALAGOAS
Filiada à Confederação Brasileira de Basketball
C.G.C. nº 08629727/0001-44 – Maceió-Alagoas

ESTATUTO

Capítulo I **Da Federação e seus fins**

Art. 1º - A Federação de Basketball de Alagoas, designada pela sigla FBA, fundada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, em 25 de novembro de 1983 é uma entidade estadual civil esportiva de administração do basquetebol, pessoa jurídica de direito privado e de fins não econômicos, com patrimônio próprio e constituída pelos clubes, associações atléticas e desportivas, e pessoas jurídicas que comprovadamente possuam a prática do basquetebol no Estado de Alagoas. Nos termos da Constituição Federal (inciso I, Art. 217), goza de autonomia administrativa quanto a sua organização e funcionamento, e reger-se-á pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, pelas Leis que dispõem o funcionamento do desporto nacional, pelo presente Estatuto e pelas disposições da Confederação Brasileira de Basketball (CBB) da qual é a única e exclusiva filiada no estado de Alagoas, naquilo que não violar a sua autonomia constitucional.

Parágrafo único: A FBA será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por seu Presidente.

Art. 2º - A FBA tem sede e foro na cidade de Maceió, Alagoas, sendo ilimitado o seu tempo de duração.

Parágrafo único: A FBA poderá designar sub-sedes em qualquer cidade do estado de Alagoas e as decisões de mudanças de sua sede principal deverão ser apresentadas pelo presidente e votadas em Assembléia Geral ou Extraordinária.

Art. 3º - A personalidade jurídica da FBA é distinta de suas associações e pessoas jurídicas filiadas, as quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Federação.

Parágrafo único: A FBA, compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce nenhuma função delegada do Poder Público, nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública.

Art. 4º - A FBA tem por objetivos:

- Dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o Estado de Alagoas a prática do basquetebol, inclusive o profissional, em todos os níveis e modalidades;
- Promover a realização de festivais, campeonatos e torneios de basquetebol, com as participações de clubes, associações, escolas

LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO
4º Oficial de Registro de Imóveis
Tribunal de Registro de Imóveis
Rua Tibúrcio de Alencar, 101
Maceió-Alagoas - CEP 57020-200
Tribunal

e pessoas jurídicas, filiadas ou não, que aceitarem os regulamentos por si elaborados;

- c) Representar o Estado de Alagoas junto à Confederação Brasileira de Basketball e poderes públicos;
- d) Autorizar que seus filiados, direta ou indiretamente, ou organizações comerciais, realizem competições referidas na alínea "b" acima, aprovando-lhes os regulamentos;
- e) Zelar pela organização e pela disciplina da prática do basquetebol no Estado de Alagoas;
- f) Cumprir e fazer cumprir os atos originários da CBB ou Órgãos de administração esportiva nacionais.
- g) Expedir aos filiados, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, funcionamento e disciplina das atividades do basquetebol;
- h) Regulamentar as disposições baixadas a respeito de atletas amadores e profissionais dispondo sobre inscrições, registros, inclusive de contratos, transferências, remoções e reversões, cessões temporárias ou definitivas, bem como sobre registros de técnicos;
- i) Decidir sobre a adoção do profissionalismo no basquetebol por parte dos seus membros filiados;
- j) Tomar quaisquer medidas que se tornem necessárias ou convenientes a fim de impedir que se infrinjam os estatutos e demais normas da CBB e da FIBA.
- k) Aplicar penalidades, no limite de suas atribuições, aos responsáveis pela inobservância das normas estatutárias, regulamentares e legais;
- l) Suspender ou desfiliar qualquer de seus membros que infrinjam ou tolerem que seus filiados infrinjam os Estatutos da CBB e demais normas vigentes por ela aprovada, estendendo a penalidade ao filiado quando for o caso;
- m) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e legítimos interesses das pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à sua jurisdição;
- n) Representar o basquetebol alagoano, em qualquer atividade de cunho regional ou nacional, com poderes para celebrar convênios e acordos, assim como orientar, coordenar e fiscalizar as atividades das associações filiadas;
- o) Decidir quanto à participação de delegações desportivas de seus membros filiados em competições regionais ou nacionais, de acordo com a legislação desportiva, bem assim fiscalizar a sua constituição e desempenho;
- p) Praticar, no exercício da direção estadual do basquetebol, todos os atos necessários à realização de seus fins;
- q) Executar, fomentar e incentivar atividades educacionais, culturais e de capacitação nas diversas áreas vinculadas à modalidade basquetebol no Estado de Alagoas.
- r) Fomentar a inclusão social por meio de projetos voltados para juventude carente através da prática do basquetebol.

LUIS PAES FONSECA DE MACHADO
4º Oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Rua Tibúrcio de Alencar, 101
Maceió - Alagoas - CEP 57020-200

Parágrafo 1º - As normas de execução dos princípios fixados neste artigo serão prescritas nos regulamentos, regimentos, resoluções, notas oficiais e avisos.

Parágrafo 2º - Na captação, gestão, aplicação e prestação de contas de quaisquer recursos, bens, serviços e direitos, a FBA implementará ações que visem a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e de eficiência.

Parágrafo 3º - A FBA adotará práticas transparentes de gestão, inclusive quanto aos dados econômicos financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e outros aspectos administrativos necessários e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo decisório da entidade.

Parágrafo 4º - A transparência referida no parágrafo anterior assegura aos filiados o acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como, àqueles relacionados à gestão da FBA, os quais serão publicados no sítio eletrônico da mesma.

Capítulo II Da Constituição, organização e competência

Art. 5º - A FBA é constituída de membros filiados ou que venham a filiar-se que são Clubes, Ligas, Pessoas jurídicas, Prefeituras Municipais, Associações, instituições de Ensino e Organizações não Governamentais - ONGS, que conduzem programas em caráter permanente de prática de basquetebol competitivo, nos moldes do inciso XI, do parágrafo único do artigo 13 da Lei nº 9615/98.

Parágrafo único: O reconhecimento e conseqüente vinculação ou filiação de associações e de ligas organizadas na forma da lei vigente, dependerão sempre do preenchimento de requisitos que serão fixados em regulamento próprio a ser elaborado pela FBA, que poderá a seu exclusivo critério, indeferir o pedido de reconhecimento.

Art. 6º - A organização e o funcionamento da FBA, respeitado o disposto neste Estatuto, obedecerão às normas constantes do Regimento Geral e atos acessórios.

Parágrafo único: A FBA não reconhecerá como válidas as disposições que regulem a organização e o funcionamento das associações filiadas, quando conflitantes com as normas referidas neste artigo.

Art. 7º - Os membros que constituem a FBA reconhecem a Justiça Desportiva como competente para dirimir e julgar, originariamente, os conflitos entre eles e a FBA, renunciando ao direito de recorrer à Justiça

LUIZ PAES FONSECA DE MACHADO
1º Oficial de Registro de
Tribunal Desportivo do Estado do Rio de Janeiro
Rua Teófilo Otonari, 101
Maracanã - Rio de Janeiro - RJ 21020-200

Comum, antes de esgotados os recursos previstos na legislação desportiva.

Art. 8º - A FBA não intervirá de ofício na vida interna de seus filiados, salvo em caso de vacância.

Parágrafo Único - Nos casos de urgência comprovada e em caráter preventivo, a FBA poderá determinar o afastamento ou desfiliação de qualquer pessoa física ou jurídica a ela direta ou indiretamente subordinada ou vinculada que infrinja ou admita sejam infringidas as leis federais, as normas deste Estatuto, do COB, FIBA ou da CBB.

Art. 9º - As obrigações contraídas pela FBA não se estendem aos seus membros, nem lhes criam vínculos de solidariedade. Suas rendas e recursos financeiros, inclusive provenientes das obrigações que assumir, serão empregados exclusivamente na realização de suas finalidades.

Art. 10 - Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos de seus Poderes e fazer cumprir aqueles regularmente expedidos pelas entidades competentes e pelos representantes do Poder Público, a FBA, sem prejuízo das sanções de competência da Justiça Desportiva, poderá aplicar às suas filiadas, assim como a outras pessoas, físicas ou jurídicas, que lhe sejam direta ou indiretamente vinculadas, as seguintes penalidades (Art. 48 da Lei nº9.615/98):

- I - advertência;
- II - censura escrita;
- III - multa;
- IV - suspensão;
- V - desfiliação ou desvinculação.

§ 1º - As sanções previstas no "caput" deste artigo não prescindem do regular processo administrativo, nele assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - As penalidades de que tratam os incisos IV e V somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

§ 3º - O Presidente da entidade nomeará uma comissão, composta de 3 (três) membros, para promover o competente inquérito administrativo, que deverá estar concluído no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º - A seguir, o inquérito será remetido ao Presidente da entidade, que o submeterá ao exame e decisão da diretoria.

§ 5º - Excetuadas a hipótese de interposição de recursos, apenas o Poder competente para aplicação de penalidades administrativas poderá comutá-las ou anistiá-las.

Art. 11 - A FBA é dirigida pelos poderes mencionados no Art. 19º

Art. 12 - São inelegíveis para o desempenho de quaisquer funções ou cargos nos poderes da entidade, eletivos ou de livre nomeação.

COB
FIBA
CBB
12/01/2001

- a) Condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- b) Inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos, em decisão administrativa definitiva;
- c) Inadimplentes na prestação das contas da própria entidade;
- d) Afastado de cargo eletivo e de confiança, de entidade desportiva, em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;
- e) Inadimplentes das contribuições previdenciárias ou trabalhistas;
- f) Falidos;
- g) Que exerçam qualquer cargo ou função, remunerado ou não, de livre escolha ou eletivo, em entidades desportivas direta ou indiretamente vinculadas à FBA, à exceção de membros de assembleia geral ou conselho deliberativo de entidade de prática desportiva;
- h) Cumprindo penalidade imposta por órgão da Justiça Desportiva, CBB ou COB.
- i) Cônjuge e parentes consangüíneos do Presidente ou afins até o 2º grau ou por adoção.

Parágrafo Único- Na hipótese do ocupante de cargo ou função em qualquer poder da entidade, após regularmente empossado, sofrer punição imposta pela Justiça Desportiva, ficará o mesmo, no prazo de cumprimento dessa penalidade, suspenso do exercício do cargo ou função que ocupa.

Art. 13 - As eleições serão realizadas quadrienalmente, respeitando o ciclo olímpico, no mês de novembro do ano seguinte ao dos Jogos Olímpicos de verão.

§ 1º - As eleições poderão ser realizadas, conforme decisão da Assembleia Geral, por escrutínio secreto ou votação aberta.

§ 2º - Em caso de empate proceder-se-á a um segundo escrutínio ou votação, concorrendo apenas os candidatos que empataram no 1º pleito; verificando-se outro empate, será considerado eleito, dentre os postulantes que empataram o candidato mais idoso.

§ 3º - Quando concorrer aos cargos apenas uma única chapa, será admitida votação por aclamação.

§ 4º - Os processos eleitorais assegurarão:

- a) Colégio eleitoral constituído de todos os membros filiados e do representante da comissão de atletas, com direito a voto, no gozo de seus direitos;
- b) Defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;
- c) Eleição convocada mediante edital publicado em órgão de imprensa por três vezes, conforme determina o artigo 22 inciso III da lei 9615/98;
- d) Sistema de recolhimento dos votos imune à fraude; e

e) Acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

Art. 14 - Somente brasileiros maiores de 18 (dezoito) anos poderão ocupar cargos em qualquer poder ou órgão da FBA.

Art. 15 - Em caso de vacância do cargo de Presidente da FBA, por impedimento ou renúncia após 12 meses do mandato, assumirá o Vice-Presidente para a conclusão do mandato, sendo que na eventual falta deste último também por impedimento ou renúncia, assumirá o segundo vice-presidente.

Art. 16- Caso a vacância prevista no artigo anterior aconteça a menos de 12 meses após o início do mandato, o Vice-Presidente assumirá e convocará no prazo de 60 (sessenta) dias, a Assembleia Geral para a eleição do novo Presidente.

Art. 17 - Em caso de vacância por impedimento ou renúncia nos cargos de Presidente, Vice-Presidente e segundo vice-presidente, após 12 (doze) meses de mandato, o Presidente do Conselho Fiscal assumirá e convocará no prazo de 30 (trinta) dias, a Assembleia Geral para a eleição de todos os poderes da FBA.

§ 1º- O membro de qualquer poder ou órgão da FBA poderá licenciar-se do cargo ou função por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º- Compete a cada poder da FBA a organização do seu regimento interno.

Art. 18 - As candidaturas aos poderes da FBA deverão ser registradas até 15 (quinze) dias antes das eleições programadas mediante instrumento firmado por representantes legais de no mínimo 3 (três) filiados que estejam em pleno gozo de seus direitos de voto, acompanhado do currículo dos candidatos à diretoria executiva e de carta subscrita pelos mesmos manifestando aceitação desta indicação, além dos nomes dos membros do Conselho fiscal.

§ 1º - Os filiados não poderão subscrever mais de uma Chapa.

§ 2º - Quando da realização das eleições poderão ser baixadas normas e instruções específicas para o pleito eleitoral, desde que aprovadas em Assembleia geral com antecedência mínima de 90 dias ao período limite da data de registro das chapas.

§ 3º - No instrumento de apresentação da candidatura deverá constar o carimbo de recebimento do mesmo pela secretaria da FBA

Capítulo III Dos Poderes e dos Órgãos de assessoramento

Art. 19^a - São poderes da FBA:

- a) Assembleia Geral.
- b) Tribunal de Justiça Desportiva.
- c) Conselho Fiscal.
- d) Presidência.
- e) Diretoria.

Parágrafo Único - São órgãos de assessoramento da FBA as Assessorias contábeis, jurídica, de comunicação, além das Comissões de árbitros, de atletas e ou outras coordenações que vierem a ser criadas pela Presidência.

Capítulo IV Da Assembleia Geral

Art. 20 - A Assembleia Geral, constituída pelos membros filiados e a representação da comissão de atletas que estejam em pleno gozo do direito de voto, é o poder máximo da FBA, mas não está autorizada a deliberar de modo contrário aos preceitos deste Estatuto.

§ 1. Cada filiado terá direito a apenas 1(um) voto nas assembleias

Parágrafo Único: Os membros filiados serão representados por seus respectivos Presidentes ou substitutos legais credenciados pelos respectivos Presidentes mediante ofício com assinatura reconhecida em cartório para fins específicos, sendo a representação unipessoal.

Art. 21 - Somente podem participar da Assembleia Geral os membros filiados que:

- a) Estejam quites com suas obrigações financeiras junto à FBA;
- b) Tenham participado, pelo menos, de um **campeonato oficial de basquet** 365 (Trezentos e sessenta e cinco dias) anteriores ao da realização da Assembleia Geral;
- c) Não esteja cumprindo pena imposta pela Justiça Desportiva;
- d) Estejam filiados no mínimo com antecedência de 12 (DOZE) meses anteriores a mesma;
- e) Seus representantes sejam maiores de 18 (dezoito) anos.
- f) Cumpram as demais exigências previstas no Art. 50^a.

Parágrafo Único: Os campeonatos oficiais de base são aqueles disputados por atletas com idade abaixo de 18 anos.

Art. 22 - A Assembleia Geral reunir-se-á

I - Ordinariamente:

a) No primeiro trimestre de cada ano para:

- 1) Conhecer o relatório das atividades da FBA relativas ao ano findo;

LUIZ PAES FORTICA DE MACHADO
1^o Oficial do TJD - TJD - TJD
Tribunal de Justiça Desportiva
Rua T. B. de A. - 101
Maceió - Alagoas - CEP 57020-200
Tribunal

2) Apreciar as contas do exercício anterior, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal.

- b) No mês de novembro do ano subsequente ao dos Jogos Olímpicos de verão para eleger o Presidente e os Vice-Presidentes da FBA e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, desde que atendidas as disposições constantes do Art. 19º deste estatuto, os quais serão empossados por comissão de 3(três) membros indicados pela Assembleia geral até o vigésimo(20º) dia útil posterior ao pleito ou, em caso de reeleição, junto à própria Assembleia geral.

II - **Extraordinariamente**, por iniciativa do Presidente da FBA, pela unanimidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal ou por solicitação escrita de 1/5 (um quinto), no mínimo, dos membros filiados que estejam em pleno gozo de seus direitos de voto.

Art. 23 - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas pelo Presidente da FBA mediante Edital publicado em jornal de grande circulação, ou no site oficial da FBA, ou por intermédio de Nota Oficial enviada às filiadas, ou por outro meio que garanta a ciência dos convocados, devendo ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua instalação.

§ 1º - Do Edital de Convocação deverão constar, de forma precisa, além da data, horário e local de realização da assembleia, sua Ordem do Dia, com expressa indicação das matérias nela incluídas.

§ 2º - A Assembleia Geral com finalidade eleitoral será convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, no mínimo, atendidas as demais exigências da Lei 9.615, de 24 de Março de 1998 mediante Edital publicado em jornal de grande circulação por 3 vezes.

Art. 24 - Compete ainda à Assembleia Geral:

- a) Conceder títulos honoríficos;
- b) Destituir qualquer membro de poder por ela eleito, desde que comprovada, em processo regular em que seja assegurada ampla defesa e o necessário contraditório, a existência de motivo grave.
- c) Decidir sobre a desfiliação da FBA de entidade nacional por proposta da Diretoria;
- d) Reformar este Estatuto, no todo ou em parte, quando especificamente convocada para esse fim;
- e) Delegar poderes especiais ao Presidente da FBA;
- f) Preencher os cargos vagos, quando da sua atribuição;
- g) Decidir sobre a dissolução da FBA, destinando os seus bens.
- h) Autorizar a alienação de bens imóveis;

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem as letras "b" e "d", acima, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou

com menos de um terço na convocação seguinte

- Art. 25 - A Assembleia Geral instalar-se-á com o comparecimento da maioria absoluta de seus membros filiados, em primeira convocação, ou em meia-hora depois, em segunda e última convocação com qualquer número, salvo nas hipóteses em que é exigido determinado "quórum".
- Art. 26 - A Assembleia Geral não poderá deliberar sobre matéria estranha à Ordem do Dia, salvo resolução unânime dos membros aptos que dela participarem, nos termos do Art. 23, desde que não seja alteração estatutária.
- Art. 27 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo para aprovação do disposto nas alíneas "b" e "d" do Art. 24, que exigem condições especiais conforme está no parágrafo único do próprio Art. 24.
- Art. 28 - No caso de empate nas votações de Assembleias Gerais, proceder-se-á a novo escrutínio e, se persistir o empate, o Presidente da Assembleia terá direito ao voto de desempate.
- Art. 29 - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da FBA (que indicará um de seus membros presentes para secretariar os trabalhos), com exceção daquelas em que forem ser apreciadas as contas de sua gestão ou em que tenha interesse direto.
- § 1º - Nas exceções previstas neste Artigo, a Assembleia será presidida pelo membro por ela indicado, o qual não perderá seu direito de voto.
- § 2º - É assegurado o direito de palavra na Assembleia Geral ao Presidente da FBA, quando estiver em causa qualquer ato seu ou da Diretoria.

Capítulo V Da Justiça Desportiva

- Art. 30 - O Tribunal de Justiça Desportiva é um órgão autônomo e independente, cuja competência, composição e indicação serão conferidas de acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva de 24 de dezembro de 2003, que regula a matéria. A organização da justiça, do processo, das infrações e respectivas penalidades, obedecerão às disposições contidas no CBJD e na forma da Lei, sendo exercida pelos seguintes órgãos:

I - Tribunal de Justiça Desportiva (T.J.D);

II - Comissões Disciplinares estaduais (C. D. E).

LUIZ PAES LINS
4º Oficial - Conselho de Machado
Rua da Liberdade, 101
Machado - Minas Gerais - 37020-200

Parágrafo 1º - Aos órgãos enumerados nos incisos I e II acima unidades autônomas e independentes da FBA compete processar e julgar com exclusividade na modalidade de Basquetebol, as questões de descumprimento de normas relativas à disciplina e as competições desportivas, sempre assegurada ampla defesa e o contraditório, ressalvados os pressupostos processuais estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 217 da Constituição Federal.

Parágrafo 2º - O Tribunal de Justiça Desportiva da FBA terá como primeira instância tantas Comissões Disciplinares quanto se fizerem necessárias, integrada cada uma por cinco membros de sua livre nomeação, para a aplicação imediata das sanções decorrentes de infrações cometidas durante as disputas e constantes das súmulas ou documentos similares dos árbitros, ou, ainda, decorrentes de violação ao regulamento das associações da respectiva competição.

Parágrafo 3º - Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao T.J.D. que, de igual modo, processará e julgará em última instância a questão no estado de Alagoas, acima desta instância caberá recurso final ao Supremo Tribunal de Justiça Desportiva (S.T.J.D) da Confederação Brasileira de Basketball.

Parágrafo 4º - Os membros dos tribunais desportivos poderão receber diária e ou jeton para a participação em sessões, sem que tal verba, caracterize remuneração permanente, salário ou vínculo de emprego.

Capítulo VI Do Conselho Fiscal

Art. 31 - Ao Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral e com mandato de 4 (quatro) anos, caberá o acompanhamento da gestão financeira da FBA.

Parágrafo 1º - Os membros efetivos serão substituídos pelos suplentes, nos casos de licença ou impedimentos daqueles.

Parágrafo 2º - Se depois de estarem os suplentes em exercício houver vacância de membro do conselho, esta será suprida por eleição em Assembleia geral.

Art. 32 - O Conselho Fiscal funcionará com a presença da maioria de seus membros, devendo na primeira reunião, eleger seu Presidente, dentre os membros efetivos.

Art. 33 - Ao Conselho Fiscal compete, de forma autônoma e independente além do disposto na legislação vigente e na forma de seu regimento interno, o seguinte.

ESTADO DE ALAGOAS
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASQUETEBOL
FBA
CONSELHO FISCAL
10

- a) Examinar, mensalmente, os livros documentos e balancetes.
- b) Apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico, financeiro e administrativo da FBA.
- c) Fiscalizar o cumprimento das deliberações dos órgãos públicos competentes e praticar os atos que estes lhe atribuírem.
- d) Denunciar à Assembleia Geral erros administrativos ou qualquer violação da lei ou destes Estatutos, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente sua função fiscalizadora.
- e) Convocar a Assembleia Geral quando ocorrer motivo grave.
- f) Opinar sobre qualquer matéria de natureza financeira que lhe for encaminhada pela presidência da FBA.
- g) Opinar sobre a compra, locação, alienação ou gravação de bens imóveis.

Capítulo VII

Da Presidência e Vice-presidências

Art. 34 - A Presidência, constituída pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, eleitos dentre brasileiros natos ou naturalizados pela Assembleia geral, todos com mandato de 4 (quatro) anos, permitida apenas uma reeleição consecutiva e que exerce as funções administrativas e executivas da FBA.

Art. 35 - Ao Presidente da FBA compete:

- a) Supervisionar, coordenar, dirigir e fiscalizar as atividades administrativas, econômicas, financeiras e desportivas da FBA.
- b) Convocar os poderes e os órgãos internos, à exceção dos órgãos da justiça desportiva.
- c) Nomear e dar posse aos membros do TJD e aos procuradores da Justiça Desportiva.
- d) Nomear e dar posse aos membros da diretoria, da comissão de atletas e de arbitragem, bem como, licenciar ou dispensar os mesmos.
- e) Presidir as reuniões de diretoria, com direito a voto, inclusive de qualidade quando este for necessário.
- f) Presidir a Assembleia Geral, com direito ao voto de qualidade, salvo o previsto no artigo 29º.
- g) Designar e dispensar Assessores e componentes de Comissões que instituir.
- h) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e a legislação em vigor.
- i) Praticar ou delegar todos os atos necessários à administração da FBA, tais como, supervisionar o pessoal que presta serviço remunerado à entidade, cabendo-lhe nomear, admitir, designar, demitir, punir, destituir, licenciar, conceder férias, elogiar, premiar, abrir inquérito e instaurar processos, transigir, desistir ou conceder moratória ou anistia; celebrar convênios e acordos que importem em compromissos para a FBA, autenticar os livros e decidir sobre o registro e transferência de atletas.

- j) Apresentar à Assembleia Geral, em cada uma das suas reuniões anuais, relatório circunstanciado da administração realizada no exercício anterior, juntamente com o balanço do movimento econômico e financeiro e o parecer do Conselho Fiscal.
- k) Fiscalizar a arrecadação da receita e autorizar o pagamento da despesa, observados o orçamento em execução e o limite dos créditos adicionais.
- l) Assinar com o 1º Vice-presidente, títulos, cheques, recibos ou quaisquer outros documentos que constituam obrigação ou movimentação financeira da entidade, obedecidas as disposições deste estatuto e do Regimento Geral.
- m) Coordenar todo o trabalho relativo ao movimento financeiro da FBA, efetuando os pagamentos de despesas, organizar a arrecadação da receita da entidade, mantendo-a em depósito em instituição financeira idônea e elaborar junto à assessoria contábil o balanço financeiro da FBA a fim de compor a prestação de contas a ser examinada pelo Conselho Fiscal.
- n) Providenciar a guarda e a conservação de bens móveis e imóveis da FBA, e adquirir, alienar e constituir direitos sobre os bens móveis, mediante autorização da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal.
- o) Expedir Notas Oficiais e avisos aos filiados e associados com força de mandamento a ser cumprido, observadas as normas deste estatuto e a competência dos demais poderes.
- p) Por em execução os atos decisórios dos poderes e efetivar as penalidades pelos mesmos aplicadas, na esfera das suas atribuições.
- q) Aplicar às pessoas jurídicas e físicas sujeitas à jurisdição da FBA as sanções prescritas nos Estatutos, no Regimento Geral ou em qualquer outro ato da entidade, ressalvada a competência dos demais poderes.
- r) Rever penalidades que tenha imposto, inclusive relevando ou comutando-as.
- s) Designar os membros incumbidos da representação da FBA em âmbito nacional.
- t) Conceder licença aos seus filiados para promoverem ou participarem de competições, observadas as normas legais.
- u) Nomear procuradores, com poderes expressos, para representar a FBA em juízo ou em matérias junto às repartições públicas federais, estaduais ou municipais.
- v) Praticar quaisquer atos excluídos de sua competência explícita, mediante delegação de poderes da Assembleia Geral.

Parágrafo Único – Os atos do Presidente da FBA, no uso das atribuições constantes das alíneas "p" e "q" deste artigo, serão expedidos após pronunciamento favorável da Diretoria.

Art. 36 - Será considerado eleito Presidente da FBA o candidato que, devidamente registrado, obtiver a maioria simples de votos dos membros

filiados em pleno gozo de seus direitos presentes à Assembleia Geral destinada para tal fim.

Parágrafo 1º – Em caso de ausência ou impedimento ocasional do Presidente da FBA assumirá o Vice-Presidente e, na ausência ou impedimento concomitante dos dois, o segundo vice-presidente.

Parágrafo 2º - O Vice-Presidente é o substituto eventual do Presidente, cabendo-lhe assinar junto com o Presidente, títulos, cheques, recibos ou quaisquer outros documentos que constituam obrigação ou movimentação financeira da entidadee também exercer qualquer outra função delegada pelo Presidente.

Capítulo VIII Da Diretoria

Art.37 - A Diretoria da FBA, poder da administração superior, em regime de colegiado, é constituída pelo:

- a) Presidente, eleito pela Assembleia Geral.
- b) Vice – Presidente, eleito pela Assembleia Geral.
- c) Segundo vice-presidentee demais Diretores, nomeados pelo Presidente da FBA, a quem caberão as funções privativas de direção dos departamentos que lhes cumprir administrar, na forma do Regimento Geral.
- d) Assessores, nomeados pelo Presidente da FBA.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento de até 90 dias de qualquer diretor, suas atribuições serão exercidas por outro Diretor, dentre os que estiverem em exercício, conforme designação do Presidente da FBA.

Art. 38 - A Diretoria reunir-se-á, sempre que necessário, através de convocação do Presidente da FBA, deliberando com a maioria absoluta de seus membros presentes ao encontro.

Art. 39 - A Diretoria, sem prejuízo do exercício da função executiva atribuída ao Presidente da FBA, compete:

- a) Propor à Assembleia Geral, na época oportuna, a reforma total ou parcial destes Estatutos.
- b) Propor à Assembleia Geral a concessão de títulos honoríficos.
- c) Propor à Assembleia Geral a dissolução da Entidade.
- d) Aprovar o Regimento Geral, regulamentos, bem como todos os atos que complementarem estes Estatutos e aqueles de caráter normativo próprios da FBA, ressalvada a competência dos demais poderes.
- e) Aprovar os estatutos dos seus membros filiados bem como suas reformas parciais ou totais.

- f) Conceder ou negar filiação a seus membros, ou desfiliá-los, observadas as leis públicas.
- g) Decretar a intervenção nos filiados, de ofício, e aplicar sanções na forma da legislação vigente.
- h) Aprovar o calendário anual de competições e eventos.
- i) Conceder licença a seus membros
- j) Estudar e deliberar sobre assuntos de interesse do basquetebol que lhe sejam submetidos.
- k) Pronunciar-se sobre os atos do Presidente da FBA referidos nas alíneas "p" e "q" do Artigo 35º destes Estatutos.
- l) Interpretar estes Estatutos.

Parágrafo Único – Os demais órgãos de assessoramento ou cooperação que vierem a ser criados pela Presidência da FBA terão por ela definidos seu funcionamento e atribuições.

Art 40- Os membros da Diretoria não respondem pessoalmente pelas obrigações que contraírem em nome da FBA na prática de ato regular de sua gestão, mas assumem essa responsabilidade pelos prejuízos que causarem em virtude de infração da lei ou deste Estatuto.

Art. 41 - Ao Diretor Secretário compete:

- a) Supervisionar todos os serviços de secretaria;
- b) Redigir e assinar com o Presidente, as atas das sessões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- c) Elaborar todas as Notas Oficiais da FBA, para aprovação do Presidente, e expedi-las aos filiados com força de mandamento;
- d) Elaborar o relatório anual das atividades da FBA com encaminhamento aos filiados e à Assembleia Geral.

Art. 42 - Ao Diretor Técnico compete:

- a) Elaborar todos os regulamentos das competições promovidas pela FBA, ouvidos os interessados, previamente;
- b) Elaborar o calendário anual das atividades esportivas da FBA.
- c) Elaborar as tabelas dos jogos das competições autorizadas;
- d) Emitir parecer sobre a validade dos jogos realizados;
- e) Vistoriar as quadras e ginásios das equipes que se habilitaram para participar das competições, emitindo parecer a respeito;
- f) Propor a constituição das representações da FBA em competições regionais e nacionais;
- g) Manter atualizado o registro de todos os técnicos do Estado de Alagoas, como condição necessária para dirigir equipes nas competições promovidas pela FBA;
- h) Manter atualizado o registro de todos os atletas do Estado de Alagoas;
- i) Elaborar, no que couberem, todos os documentos das competições realizadas em cada ano, a fim de compor o relatório anual da entidade;
- j) Emitir parecer sobre questões de ordem técnica.

- k) Fiscalizar a arrecadação da renda dos eventos promovidos pela FBA e também o cumprimento por parte das filiadas das regras oficiais, bem como, dos regulamentos de ordem técnica
- l) Propor realizações de Cursos e Clínicas técnicas para atletas e para os profissionais responsáveis pela direção de equipes.
- m) Submeter à apreciação do TJD por intermédio da Presidência do mesmo, as faltas disciplinares cometidas por atletas, técnicos, oficiais, dirigentes, pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente vinculadas à FBA.

Art 43 – A Comissão de Oficiais compete:

- a) Organizar e manter atualizado o registro de todos os Oficiais de Quadra e Mesa;
- b) Coordenar as escalas dos Oficiais de Quadra e Mesa para todos os jogos das competições autorizadas;
- c) Elaborar, no que couberem, todos os documentos das competições realizadas em cada ano, a fim de compor o relatório anual da entidade;
- n) Propor realizações de Cursos e Clínicas para todos os Oficiais de Quadra e Mesa.

Art. 44 – Da Comissão de Atletas

Funcionará junto a presidência da FBA uma Comissão de Atletas composta por 3(três) membros, na forma que segue:

§ 1º – A Comissão de Atletas terá atribuição consultiva e de assessoramento aos atos de gestão do Presidente da FBA, e reunir-se-á sempre que convocada por este, e para análise e aprovação de regulamentos de competições.

§ 2º - O exercício de função na Comissão de Atletas não será remunerado.

§ 3º - Caso o membro da respectiva Comissão falte a três reuniões seguidas ou alternadas, será excluído da Comissão a que pertencer, cabendo ao segmento indicar seu substituto.

§ 4º - Para candidatar-se a membro da Comissão de Atletas, o interessado deverá observar as exigências do edital a ser publicado no site da internet da FBA e conforme os prazos assim mencionados, podendo a forma e representatividade ser definida pela Associação de Atletas Profissionais de Basquetebol do Brasil – AAPB.

§ 5º A Comissão de Atletas deverá eleger, dentre seus membros, um Presidente que irá representar o respectivo segmento com direito a voz e um voto nas Assembleias Gerais da FBA

Capítulo IX

Do patrimônio, exercício financeiro, receita e despesa.

Art. 45 - O patrimônio da FBA é constituído:

- a) Pelos bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título;
- b) Troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação;
- c) Fundos existentes ou os bens resultantes de sua inversão;

IMPRESSO DELEGADO
4º Ofício - 1º andar do
Tribunal de Arbitragem
Rua Tibúrcio, 101
Maceió - Alagoas - CEP 57020-200

d) Doações e legados.

Parágrafo Único: Em caso de dissolução da FBA, os seus bens reverterão "Pro-Rata" em benefício dos filiados.

Art. 46 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 47 - A receita compreende:

- a) As taxas de filiação de associações ou de registro, de inscrição ou transferência de atletas, licenças para competições e demais emolumentos, inclusive os relativos a processos de recursos;
- b) Taxa mensal de permanência para as associações filiadas;
- c) O produto de multas e indenizações;
- d) A arrecadação de percentual sobre a renda bruta das competições promovidas pelos filiados ou pela FBA, na forma dos respectivos regulamentos, deduzidos os tributos;
- e) As rendas resultantes da aplicação dos seus bens patrimoniais;
- f) As subvenções e os auxílios;
- g) As rendas resultantes das taxas de televisionamento, filmagem e transmissão de competições;
- h) As doações e os legados convertidos em dinheiro;
- i) Quaisquer outros recursos pecuniários que a Diretoria vier a criar;
- j) As rendas eventuais.

§ único. A receita a que se refere a letra "d" deste artigo não poderá ser dispensada, salvo em competições de caráter beneficente, por decisão da Presidência da FBA, ou nos casos previstos nos regulamentos.

Art. 48 - A despesa compreende:

- a) O custeio das atividades desportivas, dos encargos diversos e da administração da FBA;
- b) As obrigações de pagamento que se tornarem exigíveis em consequência de decisões judiciais, convênios, contratos e operações de créditos;
- c) Os encargos pecuniários de caráter extraordinário, não previsto.

Capítulo X

Das normas de Administração Financeira

Art. 49 - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados nos livros próprios e comprovados por documentos mantidos em arquivos, e a prestação de contas observará os princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade, devendo ser dado publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos com Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, colocando-os a disposição para exame de qualquer cidadão

ELIZ PALESTRA CADE MACHADO
4º Oficial de Registro
Tribunal de Registro de Imóveis
Tribunal de Registro de Imóveis
Município de São Paulo
101
101
101

Parágrafo 1º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, às finanças e à execução do orçamento.

Parágrafo 2º - Todas as receitas e despesas estão sujeitas a comprovante de recolhimento ou pagamento e a demonstração dos respectivos saldos.

Parágrafo 3º - O balanço geral de cada exercício, acompanhado da demonstração de lucros e perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras.

Parágrafo 4º - É vedado aos gestores da FBA contrair obrigações de qualquer espécie que se estendam além de seus respectivos mandatos sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, exceção feita as de cunho tributário ou trabalhista, assim como aquelas que por suas características próprias sejam de duração continuada, ou autorizadas em Assembleia geral extraordinária especialmente convocada para tal finalidade.

Capítulo XI

Da filiação

Art. 50 - As associações filiadas enquadram-se como:

- a) **ATIVA** - Aquela que está em pleno gozo de seus direitos.
- b) **INAPTA** - Aquela que perdeu seus direitos e está excluída compulsoriamente de reivindicações legais, inclusive indicar chapas para concorrer a eleições e de participar de Assembleias Gerais, mantendo-se, no entanto, as suas obrigações para com a FBA.

Art. 51 - Nenhuma associação de prática desportiva poderá ser filiada ou se manter filiada, sem fazer prova de preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) Ser associação desportiva ou pessoa jurídica de direito privado presidida por brasileiro, e apresentar certidão autenticada de cartório competente em que se comprove o registro de seu Estatuto;
- b) Ter sede na respectiva unidade territorial;
- c) Ter seu Estatuto aprovado pela FBA bem como os demais regimentos internos adequados aos princípios e normas adotados pela FBA e à legislação vigente;
- d) Comprovar seu registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
- e) Possuir corpo diretivo idôneo e comprovar a regularidade e qualificação dos membros de sua Diretoria e do exercício dos respectivos mandatos, mediante apresentação de cópia autenticada do registro em cartório competente;
- f) Conduzir programas de basquetebol competitivo em sua área de atuação, conforme as exigências da FBA;
- g) Possuir ou ter a sua disposição, instalações adequadas para a prática do basquetebol.

- h) Ter condições de disputar os campeonatos e torneios instituídos pela FBA;
- i) Estar em dia com suas obrigações financeiras para com a FBA (taxa de filiação, taxa mensal de permanência como filiado ou qualquer outra estipulada).
- j) Ficará sem representação na FBA, mantidas, entretanto suas obrigações, a entidade (filiada) que durante dois (2) anos consecutivos deixar de disputar Campeonatos Estaduais das categorias de Base (masculino e feminino), e não pagar os seus débitos com a FBA.

Art. 52 - O pedido de filiação será instruído com os seguintes documentos:

- I - Ofício assinado pelo Presidente da entidade de prática desportiva;
- II - Cópia do Estatuto da entidade, acompanhado do desenho do pavilhão social e as respectivas cores;
- III - Relação da Diretoria, com nomes, profissões e cargos que exercem na Entidade;
- IV - Pagamento da Taxa de Filiação.

Parágrafo único - A perda de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo compulsoriamente enquadra a entidade filiada na condição de INAPTA, sem qualquer direito de participação nas Assembleias Gerais, além de dar causa à sua desfiliação como preconiza o Art. 11º.

Capítulo XII

Dos direitos e dos deveres das associações filiadas

Art. 53 - São direitos das entidades filiadas:

- a) Organizar-se e funcionar internamente com base em sua autonomia constitucional (Art. 217, I) da Constituição Federal, desde que não contenha matéria que colida com o Estatuto e demais mandamentos da FBA.
- b) Participar de Assembleia Geral, na forma prevista neste Estatuto.
- c) Disputar campeonatos e torneios promovidos pela FBA, desde que submissa aos seus respectivos regulamentos.
- d) Impugnar a validade do resultado de competições, solicitar reconsideração ou apresentar recurso dos atos que julgar lesivos aos seus interesses, observadas as normas legais e regulamentares.
- e) Proporem a FBA medidas úteis ao desenvolvimento e difusão do Basketball.

Art. 54 - São deveres das filiadas:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, as regras e mandamentos determinados pela FBA e as normas emanadas dos órgãos públicos competentes.
- b) Submeter ao exame da FBA, para a necessária aprovação a fim de ser considerada como filiada, seus Estatutos, alterações e

LEI Nº 5.209 DE 28 DE MARÇO DE 1966
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESPORTOS
E DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
E DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
E DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
E DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

reformas, dentro de 15 (quinze) dias seguintes ao da respectiva aprovação pela sua Assembleia Geral.

- c) Remeter à FBA, anualmente, relatório de suas atividades no ano anterior.
- d) Prestar à FBA qualquer informação solicitada, observados os prazos quando estabelecidos.
- e) Disputar os campeonatos e torneios promovidos pela FBA, em que estejam inscritos, até sua final participação, na forma dos regulamentos respectivos.
- f) Providenciar para que compareçam à FBA, ou a local designado por esta, quando legalmente convocados, seus dirigentes, atletas e qualquer pessoa física que esteja sob sua jurisdição.
- g) Credenciar delegado que o represente na FBA com poderes de mandatário, ficando responsável por todos os seus atos.
- h) Solicitar à FBA autorização para promover ou participar de competições.
- i) Satisfazer, nas épocas próprias, as obrigações financeiras para com a FBA.
- j) Encaminharem através da FBA, as solicitações e comunicações que houver de fazer a CBB;
- k) Providenciar para que os membros dos poderes da FBA tenham acesso livre em suas praças de desportos, quando houver jogo programado conforme estabelecido por esta Federação.
- l) Reconhecer a FBA como única dirigente do basquetebol no Estado de Alagoas.
- m) Registrar seus técnicos e atletas na FBA, conforme for estabelecido.

Capítulo XIII Dos títulos honoríficos

Art. 55 - Como testemunho de reconhecimento e homenagem especial àqueles que se salientarem nos serviços prestados ao basquetebol alagoano, a FBA concederá os seguintes títulos:

- a) Grande Benemérito: aquele que, já sendo Benemérito, continua prestando relevantes e assinalados serviços.
- b) Benemérito: aquele que tenha prestado serviços relevantes.
- c) Honorário: aquele que, sem atuação permanente no basquetebol alagoano, tenha prestado relevantes serviços para o seu desenvolvimento.

Parágrafo único: Aos atletas e técnicos que se salientarem em prol do basquetebol alagoano, prestando-lhe relevantes serviços, a FBA concederá títulos honoríficos a serem discriminados em regulamento especial aprovado pela Diretoria.

Capítulo XIV Do símbolo, bandeira e uniformes.

Art. 56 - O emblema da FBA apresentará um círculo dividido ao meio, no sentido horizontal, sendo a metade superior de cor vermelha e a metade inferior de cor azul, contando ainda com as letras FBA apostas em cor branca no centro do círculo e abrangendo as partes iguais, a faixa vermelha e a azul.

Parágrafo único - As cores oficiais da FBA serão branca vermelha e azul Royal.

Art. 57 - A Bandeira da FBA é de forma retangular, dividida horizontalmente pela metade, sendo a metade superior de cor vermelha e a metade inferior de cor azul celeste, contando ainda com as letras FBA apostas em cor branca, equidistantemente das linhas periféricas do citado retângulo.

Art. 58 - O uniforme das equipes representativas da FBA constará de camisas nas cores azul Royal, branca e vermelha, com a sigla da Federação aposta na parte superior esquerda, calções igualmente nas cores azul, branca ou vermelha e meias brancas, vermelhas ou azul. Os uniformes serão adotados pela Diretoria e poderão utilizar qualquer tipo de propaganda, obedecidos aos preceitos legais.

Capítulo XV Disposições gerais e transitórias

Art. 59 - Por enquanto a FBA funcionará em sede provisória, no Pavilhão do Basquete Comendador Tércio Wanderley, que está situado à Avenida Comendador Leão, nº 150, bairro de Jaraguá, em Maceió - AL.

Art. 60 - As filiadas e a FBA elegerão a Justiça Desportiva em todas as instâncias ligadas ao basquetebol como órgãos arbitrais para dirimir quaisquer controvérsias de ordem associativa ou interpretativa, renunciando expressamente ao direito de buscar a tutela do Poder Judiciário para resolver qualquer tipo de conflito que possa surgir

Art. 61 - A toda pessoa física ou jurídica vinculada à FBA, que se julgar diretamente prejudicada nos seus interesses, por decisão de qualquer dos seus poderes ou órgãos, é assegurado o direito de pleitear em grau de recurso, com os efeitos previstos na legislação que rege a matéria, ao Tribunal de Justiça Desportiva, sua revogação ou modificação.

Art. 62 - Não será objeto de apreciação, o recurso que não tenha sido protocolado na FBA dentro de 05 (cinco) dias após a publicação do ato em Nota Oficial ou Boletim, ressalvando o disposto na legislação disciplinar desportiva ou que não tenha sido paga a respectiva taxa.

LUZ PRESIDENTE DE MACHADO
1º Vice-Presidente
2º Vice-Presidente
3º Vice-Presidente
4º Vice-Presidente
5º Vice-Presidente
6º Vice-Presidente
7º Vice-Presidente
8º Vice-Presidente
9º Vice-Presidente
10º Vice-Presidente
11º Vice-Presidente
12º Vice-Presidente
13º Vice-Presidente
14º Vice-Presidente
15º Vice-Presidente
16º Vice-Presidente
17º Vice-Presidente
18º Vice-Presidente
19º Vice-Presidente
20º Vice-Presidente
21º Vice-Presidente
22º Vice-Presidente
23º Vice-Presidente
24º Vice-Presidente
25º Vice-Presidente
26º Vice-Presidente
27º Vice-Presidente
28º Vice-Presidente
29º Vice-Presidente
30º Vice-Presidente
31º Vice-Presidente
32º Vice-Presidente
33º Vice-Presidente
34º Vice-Presidente
35º Vice-Presidente
36º Vice-Presidente
37º Vice-Presidente
38º Vice-Presidente
39º Vice-Presidente
40º Vice-Presidente
41º Vice-Presidente
42º Vice-Presidente
43º Vice-Presidente
44º Vice-Presidente
45º Vice-Presidente
46º Vice-Presidente
47º Vice-Presidente
48º Vice-Presidente
49º Vice-Presidente
50º Vice-Presidente
51º Vice-Presidente
52º Vice-Presidente
53º Vice-Presidente
54º Vice-Presidente
55º Vice-Presidente
56º Vice-Presidente
57º Vice-Presidente
58º Vice-Presidente
59º Vice-Presidente
60º Vice-Presidente
61º Vice-Presidente
62º Vice-Presidente
63º Vice-Presidente
64º Vice-Presidente
65º Vice-Presidente
66º Vice-Presidente
67º Vice-Presidente
68º Vice-Presidente
69º Vice-Presidente
70º Vice-Presidente
71º Vice-Presidente
72º Vice-Presidente
73º Vice-Presidente
74º Vice-Presidente
75º Vice-Presidente
76º Vice-Presidente
77º Vice-Presidente
78º Vice-Presidente
79º Vice-Presidente
80º Vice-Presidente
81º Vice-Presidente
82º Vice-Presidente
83º Vice-Presidente
84º Vice-Presidente
85º Vice-Presidente
86º Vice-Presidente
87º Vice-Presidente
88º Vice-Presidente
89º Vice-Presidente
90º Vice-Presidente
91º Vice-Presidente
92º Vice-Presidente
93º Vice-Presidente
94º Vice-Presidente
95º Vice-Presidente
96º Vice-Presidente
97º Vice-Presidente
98º Vice-Presidente
99º Vice-Presidente
100º Vice-Presidente

Art. 63 – A FBA, quando responsável pela organização da competição previamente ao seu início, designará o Ouvidor da Competição, fornecendo-lhe os meios de comunicação necessários ao amplo acesso aos torcedores.

Parágrafo 1º - São deveres do Ouvidor da Competição recolher as sugestões, propostas e reclamações que receber dos torcedores, examiná-las e propor à entidade medidas necessárias ao aperfeiçoamento da competição e ao benefício do torcedor.

Parágrafo 2º - É assegurado ao torcedor.

I – o amplo acesso ao Ouvidor da Competição, mediante comunicação postal ou mensagem eletrônica; e

II – o direito de receber do Ouvidor da Competição as respostas às sugestões, propostas e reclamações, que encaminhou, no prazo de trinta dias.

Parágrafo 3º - Na hipótese de que trata o inciso II do parágrafo 2º, este ou ouvidor da Competição utilizará, prioritariamente, o mesmo meio de comunicação utilizado pelo torcedor para o encaminhamento de sua mensagem.

Parágrafo 4º - A função de Ouvidor da Competição poderá ser remunerada

Art. 64 - São partes integrantes deste Estatuto, e no que ao mesmo se aplicar, as disposições do Código Civil, da Lei 9615 de 24.03.98, e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva de 24.12.2003, aprovado pelo Conselho Nacional de Esporte.

Art. 65 - Aplica-se a partir da data de aprovação da alteração deste Estatuto o disposto na Portaria 224/2014 do Ministério do Esporte, em especial a observância das seguintes exigências:

I - Adoção de instrumentos de controle social através de mecanismos e procedimentos que permitam o acompanhamento, pelo público em geral no seu site, da gestão da entidade, inclusive a orçamentária, tais como:

a) ações relacionadas ao recebimento e destinação de recursos públicos, com a indicação dos respectivos instrumentos de formalização dos acordos, seu respectivo valor, prazo de vigência, nome da pessoa, física ou jurídica, contratada, entre outros;

b) elaboração de relatórios de gestão e de execução orçamentária, atualizados periodicamente;

c) publicação anual de seus balanços financeiros;

LUIZ PAES FORTE DE MOURA
4º Oficial de Justiça
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
42a. Turma Recursal
Maceió - Alagoas - P. 57020-200

d) criação de ouvidoria encarregada de receber, processar e responder as solicitações relacionadas à gestão.

II - Transparência na gestão da movimentação de recursos e de fiscalização interna.

III - Autonomia do conselho fiscal regulado seu funcionamento por regimento interno, sendo seus membros escolhidos por meio de voto, e exercício de mandato, do qual só possam ser destituídos nas condições estabelecidas previamente ao seu início e determinada por órgão distinto daquele sob a sua fiscalização.

IV - Aprovação das prestações de contas anuais por conselho de direção, precedida por parecer do conselho fiscal.

V - Garantia de acesso irrestrito a todos os associados e filiados aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da Federação, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico desta.

VI - Garantia de representação da categoria de atletas no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições por elas eventualmente organizadas, e nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da entidade.

VII - Alternância no exercício dos cargos de direção, sem prejuízo da limitação da duração do mandato de seu presidente, ou dirigente máximo, a 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) única recondução.

VIII - Vedação à eleição do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º (segundo) grau ou por afinidade do presidente ou dirigente máximo da entidade.

IX - Aplicação integral dos recursos da FBA na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

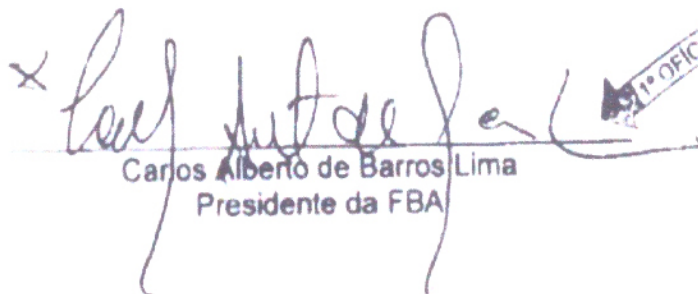
Art. 66 – São partes integrantes deste Estatuto as disposições do Código Civil, da Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, do Decreto nº 2.574 de 29 de abril de 1998, da Lei nº 10.264 de 16 de junho de 2001, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, bem como da Lei nº 12.868 de 16 de outubro de 2013.

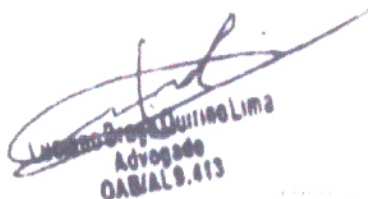
Art. 67 - O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de Maio de 2016, entrando em vigor revogando o anterior registrado no cartório do primeiro registro de títulos e documentos de pessoas

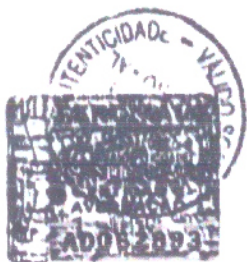
LUZ P&P - 100% DE BANCADO
4ª Edição - 2016
Título - Estatuto Social - FBA
Rua Itália - 101
Maceió - Alagoas - CEP: 57020-200
Fone: (33) 3333-1111

jurídicas de Maceió sob protocolo número 61441 datado em 27 de dezembro de 2004.

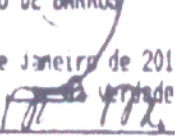
Maceió 17 de Maio de 2016



Carlos Alberto de Barros Lima
Presidente da FBA


Luciano Rodrigues Lima
Advogado
OAB/AL 9.413



CERTIDÃO
EXEMPLAR QUE APRESENTE CÓPIA DE IGUAL TEXTO
DO ORIGINAL, REGISTRADO NESTE CARTÓRIO EM
17/05/2016, POR **CELSO S. PONTES DE MIRANDA**
ESCRIVÃO SUBSTITUTO, EM PRESENCIA DE
MARTANA P. DE M. L. DE FARIAS, ESCRIVÃO AUTORIZADA.

1. OF. DE NOTAS E PROTESTOS
R. Dr. Luiz P. de Miranda, 42
Centro - Maceió - Alagoas
Rec n/ Semelhança 1 firma(s):
CARLOS ALBERTO DE BARROS
LIMA
MACEIO, 05 de Janeiro de 2017
Em Testemunho 
CELSO S. PONTES DE MIRANDA
- Tabelião Vitalício -
MARTANA P. DE M. L. DE FARIAS
- Escrevente Substituta -
EDILMA RAMALHO
- Escrevente Autorizada -

 **4º OF. DE NOTAS E 1º RTDPJ DE MACEIÓ**
Beco São José, 101 - Centro - Maceió - AL
Fones. (82) 3221-1725 / (82) 3223-3508

Apresentado hoje, protocolado, registrado e
arquivado eletronicamente sob N. 639997
O que certifico e dou fé.
Averb. ao Reg. N. 61441 Maceió-AL, 10/01/2017



Portal Judiciário - Estado de Alagoas
www.alagoas.jus.br
e-mail: https://sistema.jus.br

LUZ MÉRCEDES DE MACHADO
4º OF. DE NOTAS E 1º RTDPJ DE MACEIÓ
Tabela Vitalício - Escrevente Substituta
Rua 1 de Março, 101 - Centro - Maceió - AL
Maceió-Alagoas - 57020-200
Tel: 3223-3508

TERMO DE POSSE DA DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DE BASKETBALL DE ALAGOAS, CNPJ 08.629.727/0001-44.

Aos dias 04 do mês de Janeiro de 2018, reuniram-se na Av. Comendador Leão, n.150, Jaraguá, nesta cidade de Maceió/AL, CEP:57055-220, os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos durante a Assembleia Geral ocorrida em 28/11/2017, para a gestão 2018/2021, com início de mandato na data dessa reunião e término em 31/12/2021.

Iniciada a reunião, a Comissão de posse instituída exclusivamente para este fim neste ato presidida pelo Sr. : Marcelo Gualberto Sarmento Chagas e tendo como demais integrantes: José Raimundo Azevedo Lessa, Roberto Barbosa Fernandes, no exercício de suas atribuições, observados os termos Estatutários, declarou empossada nesta data a nova Diretoria e Conselho Fiscal da FBA e convocou os eleitos para procederem à assinatura oficial do TERMO DE POSSE:(qualificação completa - caso não possua determinado órgão/cargo, retirar da ata)

Presidente: Djalma Leite Rosas RG: 200.100.107.37-40 CPF: 527.334.834-04 Residente e domiciliado(a) na Rua: Lord Baden Powel 62 Residencial Flamboyant Serraria, CEP: 57046-240

Assinatura: 

1º OFÍCIO

1º Vice-Presidente: Marcos Paulo da Costa Correia RG: 1701880 CPF: 061.903.464-56 Residente e domiciliado(a) na Rua José Maria Gomes, Nº 199, Jatiúca, CEP: 57036-240

Assinatura: 

1º OFÍCIO

2º Vice-Presidente: Gilson Calheiros de Oliveira RG: 227.116 CPF: 087.748.704-91 Residente e domiciliado(a) na Rua Pedro Pedrosa, Nº 148, Feitosa, CEP: 57042-470

Assinatura: 

1º OFÍCIO

Conselheiro(a) Fiscal efetivo(a): Paula Isanelle Correia de Araújo RG:200.100.500.531-5 CPF: 065.908.164-41

Residente e domiciliado (a) na Rua João Vieira Chagas, Edif. Mar de Bali, Jatiúca Nº 105, apt 102 CEP: 57036-655

Assinatura: 

1º OFÍCIO

Conselheiro(a) Fiscal efetivo(a): Rodrigo de Oliveira Souto Moraes RG:200.000.112.127- CPF: 043.220.904-27

Residente e domiciliado(a) na Rua Dr. Roland Simon, Nº 599, AP 603 Jatiúca, CEP: 57035-552

Assinatura: 

1º OFÍCIO

Conselheiro(a) Fiscal efetivo(a): Caio dos Santos Lanzac portador(a)
RG: 1587440 CPF: 010.020.334-54 Residente e domiciliado(a) na Rua Esther
Silveira Costa Nº 62 Farol. Cep: 57051-290

Assinatura:

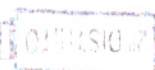
Caio dos Santos Lanzac



Conselheiro(a) Fiscal suplente: Felipe Augusto Almeida de Jesus portador(a)
RG: 200.000.122.836-0 CPF: 054.547.984-36 Residente e domiciliado(a) na
Avenida Dr. Mario Nunes Vieira, 900, Mangabeiras. Cep: 57037-580

Assinatura:

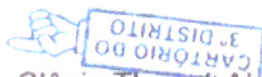
Felipe Augusto Almeida de Jesus



Conselheiro(a) Fiscal suplente: Max Cavalcanti Lins portador(a)
RG: 2001006007150 CPF: 073.537.844-40 Avenida Comendador Francisco
Amorim Leão, Nº 526, Pinheiro CEP: 57057-780 ;

Assinatura:

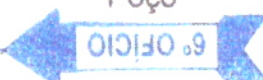
Max Cavalcanti Lins



Conselheiro(a) Fiscal suplente: Clênia Thayná Alves da Silva portador(a)
RG: 3459936-3 CPF: 102.770.144-25 Residente e domiciliado(a) na Avenida
Brasil, 1257 Poço CEP: 57025-070

Assinatura:

Clênia Thayná Alves da Silva



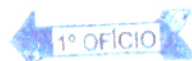
Após efetivada a devida assinatura por cada membro eleito, o(a) Presidente da comissão de posse congratulou todos os presentes manifestando sua satisfação em tê-los como parceiros nessa grande empreitada e agradecendo-lhes a presença, incentivou-os ao início dos trabalhos. Ato contínuo, o novo Presidente eleito fez um breve discurso. Em seguida, foi aberta a palavra para os membros da mesa e posteriormente às pessoas presentes. No final das saudações, foi declarada encerrada a cerimônia de posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Federação de Basketball de Alagoas.

Nada mais havendo a ser tratado, eu, Secretário José Cláudio Lopes dos Santos Junior lavrei a presente ata que vai por mim e pelo Presidente e demais membros da comissão de posse, devidamente assinada.

Maceió 04, de Janeiro de 2018.

Marcelo Gualberto Sarmento Chagas

Marcelo Gualberto Sarmento Chagas
Presidente da sessão



FIRMA(S) RETRO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 2º DISTRITO
Av. Comendador Leão, 788, Poço - Maceió - AL -
Fone: 3327-5269

RECONHEÇO por semelhança a(s) firma(s) FELIPE
AUGUSTO ALMEIDA DE JESUS



Em testemunho da verdade

Maria Lucia Sampaio Falcão - Oficial
Roberto de Melo Falcão - Substituto 2213
Roberto Wagner Sampaio Falcão - Substituto
Ana Maria S. Falcão Pereira - Escrevente



FIRMA(S) RETRO

CL. OF. DE NOTAS E PROTESTOS
R. Dr. Luiz P. de Miranda - 42
Centro - Maceió - Alagoas
Assoc. Al. Sampaio Falcão - Presidente
Vitor Gasparius Lameira

Maceió - 23 de maio de 2018


Thayna Alves de
- Tabelião Vitelino
MARTANA R. E. M. L. MARTINS
- Escrevente Registrada -
Tabela de Alienação de Bens
Escrevente Autenticado -
Maceió - 23 de maio de 2018

Tabelionato de Notas do 2º Distrito
R. Pedro Monteiro, 40 Centro
Fone: 3327-5269
GENIA THAYNA ALVES DE
TABELÃO, MACEIÓ - AL
EM TESTEMUNHO
M. JOSÉ ROBERTO SAMPÃO - PRESIDENTE
MARIANA FALCÃO - VICE-PRESIDENTE
MARCOS VINÍCIUS MACHADO - SECRETÁRIO
M. CELIA OLIVEIRA - PROCURADORA
M. JANAIA DA COSTA - PROCURADORA
INSTITUIÇÃO PER-EX-AM - MACEIÓ - AL

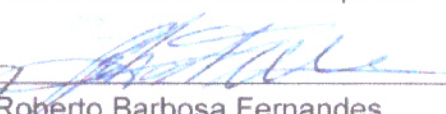
FIRMA(S) RETRO

Em testemunho da verdade

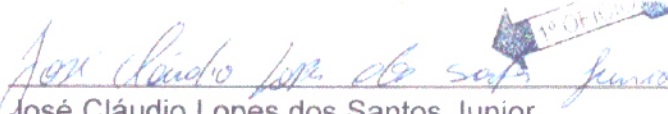
LUIZ P. DE MIRANDA MACHADO
4º Oficial de Registro do
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
Rua T. B. de Alencar, 101
Maceió - Alagoas - CEP: 57020-200
(33) 3327-5269


1º OFÍCIO

José Raimundo Azevedo Lessa
Membro da comissão de posse


2º OFÍCIO

Roberto Barbosa Fernandes
Membro da comissão de posse


1º OFÍCIO

José Cláudio Lopes dos Santos Junior
Secretário(a)

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Dr. Cincinato Pinto, 30, Centro, Maceió-AL
CNPJ 12.517.199/0001-09 Fone: (82)3223-6113

Reconheço a firma de:
ROBERTO BARBOSA FERNANDES
Conforme Cartão nº: 139

13 ABR 2018

Em testemunha da verdade Dou fé.

Fernanda Soraya dos Santos
Boyma

- () Marcia Denise de Araujo Protasio Lopes - Tabeliã
() Rafael Protasio Araujo da Costa Substituto
(x) Fernanda Soraya dos Santos Escrevente



BL782586



FIRMA(S) RETRO

1º Of. de Notas e Protestos
R. Dr. Luiz P. de Almeida, 421
Centro - Maceió - Alagoas
Fone: (82) 3223-6113
E-mail: cldio@notas.com.br
CONE CLAUDIO LOPES DOS
SANTOS JUNIOR
RAIMUNDO AZEVEDO LESSA
MACEIO, 13 de abril de 2018
Em Testemunha

CELIO S. PONTES DE ARAUJO
Tabelião de Notas e Protestos
R. Dr. Luiz P. de Almeida, 421
Centro - Maceió - Alagoas
Fone: (82) 3223-6113
E-mail: celio@notas.com.br
Escritório: Avenida
Maceió, 13 de abril de 2018
Total: R\$ 0,00



CARTÓRIO 3º DISTRITO REGISTRAL E NOTARIAL Rua Cônego Costa, 3712 Brotão - Maceió - AL	Reconheço a(s) firma(s) de	<u>Max Caval Conti</u>
		<u>Conti</u>
	Maceió, <u>25</u> de <u>04</u> de 20 <u>18</u>	
	Em test: <u>Adriana Costa Moreira da Silva</u>	da verdade.
	Adriana Costa Moreira da Silva Oficial	



VALIDO SOMENTE

LUIS PAES FONSECA DE MACHADO
4º Ofício de Notas e Protestos
Rua Tróia - Maceió - Alagoas
Maceió, 13 de abril de 2018

FIRMA(S) RETRO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL 2º DISTRITO
Av. Comendador Leão, 788, Poço - Maceió - AL -
Fone: 3327-5269

RECONHEÇO por semelhança a(s) firma(s) MARCOS
PAULO DA COSTA CORREIA, PAULA ISANELLE
CORREIA DE ARAUJO

Maceió - 26 de abril de 2018
da verdade

Em testemunho

Maria Lucia Sampaio Falcão - Oficial
Roberto de Melo Falcão - Substituto 10853
Roberto Wagner Sampaio Falcão - Substituto
Ana Maria S. Falcão Pereira - Escrevente



FIRMA(S) RETRO

11 OF. DE NOTAS E PROTESTOS
R. Dr. Luis P. de M. Silva, 42
Centro - Maceió - AL
Fones: (82) 3221-1725 / (82) 3223-3588
CARTÃO DE NOTAS E PROTESTOS
CARTÃO DE NOTAS E PROTESTOS
CARTÃO DE NOTAS E PROTESTOS

Maceió - 26 de abril de 2018.

Em testemunho

Roberto Wagner Sampaio Falcão

Substituto 10853

Escrevente

Roberto Wagner Sampaio Falcão

Substituto 10853

Escrevente



4º OF. DE NOTAS E 1º RTDPJ DE MACEIÓ

Beco São José, 101 - Centro - Maceió - AL
Fones: (82) 3221-1725 / (82) 3223-3588

Apresentado hoje, protocolado, registrado e
arquivado eletronicamente sob N. 6409762.
O que certifico e dou fé

Maceió-AL, 28/05/2018

[Handwritten signature]

JOZ PRESTONSECA DE MACHADO
4º Ofício de Notas e 1º Registro de
Títulos e Documentos e Outros Papéis
Rua Tibúrcio Valério, 101
Maceió-Alagoas - CEP: 57020-000
Faltando